

Teresina, 18 e 19 de maio de 2009.

Caravana Comunidade Segura – Campanha do Desarmamento.

Anotações de viagem (2)

*Por Suzana Varjão**

O Piauí experimentou uma queda de 44 % no número de homicídios por armas de fogo em 2008, quando a Polícia Federal desenvolveu uma campanha de registro e recadastramento de armas, associada a operações de apreensão em bairros da capital piauiense. O dado foi apresentado pelo bacharel [João Paulo de Lima](#), da Delegacia Geral da Polícia Civil, durante os debates travados na Assembléia Legislativa daquele estado (ALEPI), com integrantes da Caravana Comunidade Segura.

O entusiasmo com que autoridades públicas e lideranças da sociedade civil organizada estão encarando a política de desarmamento do Governo Federal; o destaque dado ao esforço desenvolvido nacionalmente para promover a articulação entre estas duas esferas da vida social; e a ênfase sobre a importância do campo da comunicação para esta e outras iniciativas de enfrentamento de violências foram três dos fatos mais marcantes da passagem da Caravana por Teresina.

Saldos – Da mesa-redonda realizada na ALEPI, saíram propostas importantes para o fortalecimento da política de desarmamento e controle de armas e munições no estado. Entre elas, a inclusão dos debatedores na Rede Desarma Brasil e a estruturação de um Comitê de Desarmamento no Piauí. Ainda em decorrência dos trabalhos, o delegado [Antônio de Sousa Reis](#), diretor do Sindicato dos Policiais Civis, decidiu pela realização de uma Conferência Livre sobre controle de armas e munições.

A queda considerável no número de homicídios por armas de fogo no estado está nitidamente associada ao trabalho de desarmamento e controle de armas. A equação que resultou no sucesso do programa pode ser reconstituída a partir dos números disponibilizados pela Polícia Federal: contra 477 armas retiradas de circulação (apreensão e entrega voluntária) e 837 regularizadas / registradas, apenas quatro portes foram concedidos em 2008.

O papel definidor da comunicação no setor da segurança pública foi um dos pontos mais debatidos durante a passagem da Caravana pelo Piauí. Comunicação tanto na esfera *produtora* de informações (que se pode sintetizar como a que coleta, registra e sistematiza dados sobre ocorrências violentas, estando mais próxima, portanto, dos agentes de segurança pública) quanto na esfera *difusora* (que se pode resumir como a que dá publicidade a estes dados, estando mais próxima dos agentes noticiosos).

Como a maioria das autoridades e lideranças que debateram o assunto, o delegado [Felício Laterça](#), titular em exercício da Superintendência Regional da Polícia Federal, reclamou da pouca divulgação do Estatuto do Desarmamento e de outras questões relativas à problemática das armas de fogo. “É preciso realizar campanhas educativas, palestras, enfim, debater o assunto sem medo. E para que se alcance a dimensão desejada neste trabalho, a sociedade civil tem que participar”.

Na esfera *produtora* de dados – que alimenta a esfera *difusora* de informações –, a autoridade policial acredita ser benéfica a abertura de determinados arquivos para consulta pública, como os do Sistema Nacional de Registro de Armas (Sinarm). Em níveis que não causem prejuízos ao trabalho de investigação e de combate à criminalidade armada – ressalva. Abaixo, uma síntese das principais idéias que circularam durante a passagem da Caravana Comunidade Segura pelo Piauí.

Resumo esquemático dos debates, entrevistas, informações:

- “Nunca houve uma ausculta tão ampla à sociedade sobre a questão da arma de fogo e outros assuntos relacionados à segurança pública” ([Lúcio Tadeu Santos](#), Comissão de Direitos Humanos da OAB-BA);
- “Tenho muita satisfação em receber a Caravana. Vejo com bons olhos o movimento pelo desarmamento” (Lúcio Tadeu Santos);
- “A Comissão de Direitos Humanos da OAB coloca-se à disposição para colaborar com esta iniciativa” (Lúcio Tadeu Santos);
- “É preciso reconhecer os espaços abertos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para o trabalho de mobilização, articulação e conscientização da

sociedade civil, sem cuja participação é difícil o trabalho de controle de armas e munições” ([João Paulo de Lima](#), Delegacia Geral da Polícia Civil);

- “É necessário um trabalho maior de conscientização sobre o Estatuto do Desarmamento, que ainda não é uma idéia clara para a sociedade. As pessoas têm medo do Estatuto, quando ele precisa ser o feijão-com-arroz de todos os segmentos da população” (João Paulo de Lima);
- “Precisamos trabalhar mais para fortalecer a parceria entre o poder público e a sociedade civil. Aqui no Piauí, há uma motivação muito grande em torno do desarmamento” (João Paulo de Lima);
- “É preciso provocar um segundo momento como este, com uma participação mais ampla de organizações, para tratar especificamente da criação de um Comitê de Desarmamento aqui no Piauí. Quero muito participar disso, não só como autoridade, mas como cidadão” (João Paulo de Lima);
- “É importante não apenas criar comitês nos estados, mas estabelecer mecanismos que viabilizem sua manutenção. São os comitês que irão garantir a continuidade do trabalho de articulação e difusão do Estatuto, que só terá efetividade com o trabalho integrado da Sociedade Civil e do Estado” (João Paulo de Lima);
- “Esta caminhada (da Caravana) merece ser parabenizada. Uma política pública efetiva só pode ser construída com a participação da Sociedade Civil” (delegado [João Marcelo Aguiar](#), coordenador da Conferência Estadual de Segurança Pública do Piauí);
- “Uma política de segurança pública eficaz deve passar pela construção de uma cultura de paz, porque a violência configura-se, na atualidade, no Brasil, como um problema cultural. O que dizer, por exemplo, da pedofilia? É um problema de Polícia? É por isso que estamos felizes com o grande interesse demonstrado pelo Eixo 5 da Conferência Nacional” (João Marcelo Aguiar);
- “A cartilha (da Caravana Comunidade Segura) traz dados que não tínhamos. Vamos levar para enriquecer o debate da Conferência Estadual” (João Marcelo Aguiar);
- “Assumo, pessoalmente, o compromisso de trabalhar pela integração do Piauí à Rede Desarma Brasil” (João Marcelo Aguiar);

- “E preciso estender as iniciativas de desarmamento ao interior do Piauí. Elas acontecem apenas em Teresina, mas o problema não se situa só em Teresina” ([Maria de Lourdes Rocha](#), Movimento Nacional dos Direitos Humanos no Piauí; Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal do Piauí e Comitê de Educação em Direitos Humanos do Piauí);
- “Estamos dispostos a trabalhar pela criação de um Comitê de Desarmamento aqui no Piauí. Eu, pessoalmente, me coloco à disposição para secretariar o processo” (Maria de Lourdes Rocha);
- “A sociedade está ameaçada de extinção, e isto tem relação com arma de fogo. Eu parablenizo a política de desarmamento e acho que a Caravana está no caminho certo. Vejo com bons olhos esta iniciativa do Ministério da Justiça, de apoiar o trabalho das organizações da sociedade civil” (delegado [Antônio de Sousa Reis](#), diretor do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Piauí - Sinpol);
- “A Caravana me inspirou. Vou propor que a Conferência Livre do Sinpol seja sobre controle de armas e munições” (Antônio de Sousa Reis);
- “É necessário entender que não é suficiente aumentar salários e comprar viaturas para as polícias. Mais importante que isso é o investimento na educação continuada dos policiais” (Antônio de Sousa Reis);
- “Quero parabenizar o Governo Federal pela iniciativa de viabilizar a passagem da Caravana por todo o País” ([Reinaldo Araújo Magalhães Dantas](#), Associação dos Magistrados do Piauí – AMAPI);
- “É preciso mudar o imaginário da sociedade em relação à Polícia. A sociedade precisa deixar de ver a Polícia como inimiga para vê-la como aliada (...). É preciso também valorizar a carreira policial” (Reinaldo Dantas);
- “Coloco-me à disposição da Caravana. Quero contribuir com este trabalho” (Reinaldo Dantas);
- “Estamos dispostos a participar do comitê pelo desarmamento aqui no Piauí” ([Roberto Barros](#), representante do setor de segurança privada);
- “A forma como a sociedade vê a Polícia é construída pela imprensa. A imprensa massacra a Polícia. Só aponta os defeitos, não mostra as virtudes” (Roberto Barros);
- “Há realmente um problema na comunicação sobre segurança pública, mas é preciso situá-lo na produção do noticiário, e não apenas na esfera de poder da

mídia. Demonstramos, em pesquisas, que a grande voz do noticiário sobre violências no País é da Polícia, mas esta voz está oculta no noticiário” ([Suzana Varjão](#), Rede Desarma Brasil);

- “A Rede Desarma Brasil assume o compromisso de contribuir para a criação do Comitê de Desarmamento do Piauí” ([Elianildo Nascimento](#), Rede Desarma Brasil);
- O presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí – ALEPI, deputado [José Ilcemar Lavor Néri](#), propôs a realização de uma audiência pública na região de Picos, uma das mais violentas do estado (“Para vocês terem uma idéia, o PCC já está instalado na área”);
- “Sou um defensor do desarmamento. Não faz sentido pensar que o governo está desarmando pessoas de bem e deixando os bandidos armados. Como se os bandidos não pegassem as armas na sociedade...” (deputado [João de Deus](#), presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALEPI);
- “Gostaríamos muito de entrar nesta rede” (João de Deus);
- “O controle de armas e munições é tão importante quanto o desarmamento” (delegado [Felício Laterça](#), titular em exercício da Superintendência Regional da Polícia Federal);
- “Para que se tenha uma Polícia mais eficiente, é necessária uma sociedade mais organizada, mais instruída e consciente” (Felício Laterça);
- “A gente percebe que está começando a haver um sincronismo entre as ações das autoridades da esfera pública e a sociedade civil” (Felício Laterça).

Outros dados

- No Piauí, 837 armas foram recadastradas (787 registros renovados; 55 registros de armas velhas) e 477 saíram de circulação (412 apreensões; 65 entregas voluntárias) em 2008 (dados do Sistema Nacional de Registro de Armas – Sinarm, divulgados pela ONG Viva Rio);
- No mesmo ano, 29 armas foram furtadas no estado (Sinarm) e somente quatro portes foram concedidos;
- Como na Paraíba, a Polícia Federal do Piauí acredita no formato itinerante, misto e com prazo curto para a entrega voluntária e a regularização de armas. O debate vem sendo travado desde janeiro deste ano entre as autoridades policiais

federais do Nordeste (Delegado Felício Laterça, superintendente da Regional da Polícia Federal – em exercício);

- Foi solicitado aos integrantes da Caravana Comunidade Segura o envio de material (cartilhas, publicações etc.) para orientar a formação do Comitê de Desarmamento do Piauí, bem como a inclusão dos participantes da mesa-redonda na Rede Desarma Brasil.

Outros informes

- Uma mesa-redonda na Assembléia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI) marcou o primeiro dia de atividades da Caravana Comunidade Segura, que contou com o apoio do deputado [Leal Júnior](#).
- No segundo dia, foram realizadas visitas técnicas à Polícia Federal e à Comissão de Segurança Pública da ALEPI.

Imagens, sons e outros registros da passagem da Caravana pelo Piauí



Legenda 1: Visita à Polícia Federal



Legenda 2: Sessão Especial na Assembléia Legislativa do Piauí



Legenda 3: uma das entrevistas veiculadas pelas TVs de Teresina

[Jornal O Dia](#), em 19/05/09.

Veja fotos da passagem da Caravana pelo Piauí em www.comunidadesegura.org;

Confira mais dados sobre o desarmamento e o Estatuto em:

<http://www.deolhonoestatuto.org.br>;

<http://www.comunidadesegura.org>;

Para saber como entregar ou regularizar sua arma, ver:

<http://www.dpf.gov.br>

* Suzana Varjão é jornalista, escritora, membro da Rede Desarma Brasil, do Fórum Comunitário de Combate à Violência e do Movimento Estado de Paz.